

## **Desempenho Fiscal do Governo Federal em maio de 2026**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social), relativos a maio de 2026, foram deficitárias em R\$ 53,3 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2024, quando o rombo chegou a R\$ 66,6 bilhões. Nesse mês, o resultado decorreu de um superávit conjunto nas contas do Tesouro Nacional e do Banco Central, no valor de R\$ 7,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 60,7 bilhões. No acumulado de 2026, até maio, o déficit chegou a 44,4 bilhões, refletindo a expansão mais intensa de gastos, que evoluiu em ritmo superior ao crescimento das receitas. Esse resultado foi decorrente do aumento expressivo das despesas públicas, notadamente nas rubricas de Benefícios Previdenciários, por conta do aumento do número de beneficiários do RGPS e do reajuste do salário-mínimo, e Despesas Discricionárias, especialmente dos gastos nas funções Saúde (R\$ 12,1 bilhões), Educação (R\$ 1,3 bilhão) e Demais Funções (R\$ 2,0 bilhões).
- Na comparação com o mesmo mês de 2025, a receita líquida apresentou um desempenho positivo, com crescimento real de, aproximadamente, 5,5% (acréscimo de 18,8 bilhões sobre maio de 2025), mas foi insuficiente para compensar o avanço mais acelerado das despesas totais, cujo crescimento real alcançou 9,4% (aumento de R\$ 31,8 bilhões), quando comparadas a maio de 2025. O crescimento das receitas em maio deste ano refletiu a continuidade do aquecimento do mercado de trabalho, o aumento da massa salarial, a expansão das contribuições previdenciárias e o crescimento da arrecadação de importantes tributos federais. Ou seja, esse bom desempenho das receitas traduz o bom dinamismo da atividade econômica, que influenciou, dentre outras coisas, a expansão das receitas provenientes da Cofins, PIS/Pasep e de outros tributos administrados pela Receita Federal. Outros fatores também influenciaram positivamente as receitas, destacando-se a revisão de benefícios tributários, as ações de combate à evasão fiscal e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, os quais, conjuntamente, contribuíram para elevar a eficiência da arrecadação federal.
- Por outro lado, apesar da melhora nas receitas, o avanço dos gastos públicos nesse mês impediu a redução do déficit fiscal do Poder Central. As despesas totais do Governo Central registraram crescimento real de 9,4% em maio e de 13% no acumulado de janeiro a maio de 2026, significando um rombo de R\$ 55,2 bilhões nas contas públicas, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Um fato relevante a ser destacado no comportamento das despesas refere-se à elevada rigidez do orçamento público brasileiro, onde grande parte das despesas federais é obrigatória e possui crescimento determinado por dispositivos constitucionais ou legais, limitando a possibilidade de ajuste das contas públicas no curto prazo. De qualquer forma, o crescimento das despesas tem ocorrido em ritmo superior ao das receitas, ampliando os desafios para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, fato que tem gerado esse sistemático desequilíbrio orçamentário, que deverá impactar negativamente para o alcance das metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal.
- Convém ressaltar que essa recorrência de déficits primários nas contas do Poder Central exerce forte influência sobre a trajetória do endividamento, tendo em vista que levam à uma maior necessidade de financiamento por parte do Tesouro Nacional, aumentando a emissão de títulos públicos e elevando o estoque da dívida, pois, na medida em que o déficit se amplia, o governo passa a oferecer taxas de remuneração requeridas pelo mercado, o que, potencialmente, tende a pressionar os juros para cima, levando à expansão do déficit nominal e dificultando a estabilização da relação dívida/PIB.

- Os dados do Banco Central mostram que as contas do setor público consolidado (formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais), registraram um déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio deste ano. Este saldo negativo em maio foi provocado principalmente pelo desempenho das contas do Governo Federal, que mostrou um déficit de R\$ 55,2 bilhões, bem como pelos estados e municípios, que, conjuntamente, tiveram saldo deficitário de R\$ 1,2 bilhão, enquanto as empresas estatais apresentaram saldo positivo de R\$ 273 milhões.
- No acumulado deste ano, até maio, as contas públicas registraram um déficit de R\$ 24,9 bilhões, ou 0,5% do PIB, invertendo o resultado obtido no mesmo período do ano passado, quando as contas públicas tiveram um saldo positivo de R\$ 69,1 bilhões (1,34% do PIB). No caso somente do Governo Federal, o resultado ficou negativo em R\$ 46,1 bilhões na parcial deste ano, informou o BC, contra um superávit de R\$ 31,2 bilhões nos cinco primeiros meses de 2025. Essa piora está relacionada, entre outros fatores, com a antecipação no pagamento de precatórios nestes primeiros cinco meses pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- Vale lembrar que o governo trabalha com meta de saldo positivo de 0,25% do PIB para 2026, equivalente a R\$ 34,3 bilhões. O arcabouço fiscal, aprovado em 2023, prevê intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual em torno da meta. Para cumprir formalmente a meta, o governo precisaria atingir superávit de R\$ 68,6 bilhões até o fim do ano. Porém, despesas no valor de R\$ 63,5 bilhões podem ser retiradas do cálculo por meio de abatimentos legais previstos na banda em torno da meta fiscal. De qualquer forma, a previsão oficial do governo aponta déficit de quase R\$ 60,3 bilhões para 2026. Um aspecto importante a ser destacado é que o governo Lula tem recorrido a aumentos de impostos como forma de elevar a arrecadação e equilibrar as contas públicas.
- Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta, tem-se o resultado nominal, que é utilizado pelas agências de classificação de risco para definição da nota de crédito dos países, com vistas a orientar investidores internacionais. Nos primeiros cinco meses de 2026 observa-se um déficit nominal de 483,9 bilhões nas contas do setor público, equivalente a 8,7% do PIB. As despesas com juros nominais nesse período somaram R\$ 459,0 bilhões (8,3% do PIB). Com isso, a dívida do setor público consolidado – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 81,1% do PIB (R\$10,6 trilhões) em maio de 2026, com um aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

**Comentário:** No acumulado de 2026, até maio, o déficit do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) chegou a 44,4 bilhões, refletindo a expansão mais intensa de gastos, que evoluiu em ritmo superior ao crescimento das receitas. Esse resultado foi decorrente do aumento expressivo das despesas públicas, notadamente nas rubricas de Benefícios Previdenciários, por conta do aumento do número de beneficiários do RGPS e do reajuste do salário-mínimo, e Despesas Discricionárias, especialmente dos gastos nas funções Saúde (R\$ 12,1 bilhões), Educação (R\$ 1,3 bilhão) e Demais Funções (R\$ 2,0 bilhões). A dívida do setor público consolidado – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 81,1% do PIB (R\$10,6 trilhões) em maio de 2026, com um aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Maio e Janeiro-Maio de 2026 (Milhões correntes)

| Discriminação                              | Janeiro-Maio |           | Variação  |               | Maio    |         | Variação  |               |
|--------------------------------------------|--------------|-----------|-----------|---------------|---------|---------|-----------|---------------|
|                                            | 2025         | 2026      | % NOMINAL | % Real (IPCA) | 2025    | 2026    | % NOMINAL | % REAL (IPCA) |
| 1. RECEITA TOTAL                           | 1.205.140    | 1.311.860 | 8,9%      | 4,3%          | 231.886 | 256.223 | 10,5%     | 5,5%          |
| 2. TRANSFERÊNCIA POR REPARTIÇÃO DE RECEITA | 235.831      | 251.888   | 6,8%      | 2,4%          | 52.749  | 58.247  | 10,4%     | 5,4%          |
| 3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)                   | 969.309      | 1.059.972 | 9,4%      | 4,8%          | 179.137 | 197.977 | 10,5%     | 5,5%          |
| 4. DESPESA TOTAL                           | 936.370      | 1.104.357 | 17,9%     | 13,0%         | 219.386 | 251.233 | 14,5%     | 9,4%          |
| 5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)  | 32.940       | -44.385   | -         | -             | -40.249 | -53.257 | 32,3%     | 26,3%         |
| Tesouro Nacional                           | 187.307      | 141.490   | -24,5%    | -27,5%        | 15.709  | 7.254   | -53,8%    | -55,9%        |
| Banco Central                              | -77          | -169      | 119,3%    | 111,5%        | 197     | 144     | -27,1%    | -30,4%        |
| Previdência Social (RGPS)                  | -154.290     | -185.706  | 20,4%     | 15,3%         | -56.155 | -60.655 | 8,0%      | 3,1%          |
| 6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB                  | 0,64%        | -0,80%    | -         | -             | -3,79%  | -4,66%  | -         | -             |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 2 - Brasil - Receitas Primárias do Governo Central (Janeiro-Maio - 2025/2026 - Valores a preços de Maio/2026 - IPCA – R\$ Milhões)

| Discriminação                                        | Jan-Maio           |                    | Variação         |               |
|------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------|
|                                                      | 2025               | 2026               | Diferença        | % Real (IPCA) |
| <b>RECEITA TOTAL (I)</b>                             | <b>1.275.170,2</b> | <b>1.330.337,9</b> | <b>55.167,7</b>  | <b>4,3%</b>   |
| <b>Receita Administrada pela RFB</b>                 | <b>836.805,1</b>   | <b>888.959,9</b>   | <b>52.154,8</b>  | <b>6,2%</b>   |
| Imposto de Importação                                | 39.487,4           | 42.597,7           | 3.110,3          | 7,9%          |
| IPI                                                  | 37.110,2           | 37.084,8           | -25,4            | -0,1%         |
| Imposto sobre a Renda                                | 411.171,9          | 424.254,7          | 13.082,8         | 3,2%          |
| IOF                                                  | 30.359,4           | 42.020,4           | 11.661,0         | 38,4%         |
| COFINS                                               | 159.976,7          | 171.174,5          | 11.197,8         | 7,0%          |
| PIS/PASEP                                            | 45.677,9           | 44.973,3           | -704,6           | -1,5%         |
| CSLL                                                 | 92.600,8           | 98.236,8           | 5.636,0          | 6,1%          |
| CIDE Combustíveis                                    | 1.335,3            | 1.298,8            | -36,5            | -2,7%         |
| Outras Receitas Administradas pela RFB               | 19.085,6           | 27.319,0           | 8.233,3          | 43,1%         |
| <b>Incentivos Fiscais</b>                            | <b>0,0</b>         | <b>0,0</b>         | <b>0,0</b>       | <b>-</b>      |
| <b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>               | <b>288.558,3</b>   | <b>306.303,1</b>   | <b>17.744,8</b>  | <b>6,1%</b>   |
| <b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>           | <b>149.806,8</b>   | <b>135.074,9</b>   | <b>-14.731,9</b> | <b>-9,8%</b>  |
| Concessões e Permissões                              | 2.915,4            | 2.848,6            | -66,8            | -2,3%         |
| Dividendos e Participações                           | 22.161,4           | 8.072,3            | -14.089,1        | -63,6%        |
| Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor        | 6.847,9            | 7.696,5            | 848,6            | 12,4%         |
| Exploração de Recursos Naturais                      | 62.398,3           | 66.987,2           | 4.589,0          | 7,4%          |
| Receitas Próprias e de Convênios                     | 10.622,5           | 8.323,8            | -2.298,6         | -21,6%        |
| Contribuição do Salário Educação                     | 14.801,1           | 15.557,6           | 756,4            | 5,1%          |
| Demais Receitas                                      | 30.049,2           | 25.555,2           | -4.494,0         | -15,0%        |
| <b>TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (II)</b> | <b>249.349,4</b>   | <b>255.359,1</b>   | <b>6.009,7</b>   | <b>2,4%</b>   |
| <b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>                  | <b>1.025.820,8</b> | <b>1.074.978,9</b> | <b>49.158,1</b>  | <b>4,8%</b>   |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - Brasil - Despesas Primárias do Governo Central (Janeiro-maio - 2025/2026 - Valores a preços de maio/26 - IPCA – R\$ Milhões)

| Discriminação                                           | Jan-Maio         |                    | Variação         |               |
|---------------------------------------------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------|
|                                                         | 2025             | 2026               | Diferença        | % Real (IPCA) |
| <b>DESPESA TOTAL</b>                                    | <b>989.379,9</b> | <b>1.118.292,0</b> | <b>128.912,1</b> | <b>13,0%</b>  |
| Benefícios Previdenciários                              | 451.225,1        | 493.883,5          | 42.658,4         | 9,5%          |
| d/q Sentenças Judiciais e Precatórios                   | 8.709,2          | 33.890,0           | 25.180,8         | -             |
| Pessoal e Encargos Sociais                              | 160.800,9        | 179.999,6          | 19.198,7         | 11,9%         |
| d/q Sentenças Judiciais e Precatórios                   | 1.193,4          | 10.497,0           | 9.303,6          | -             |
| Outras Despesas Obrigatórias                            | 158.549,1        | 194.448,0          | 35.898,9         | 22,6%         |
| Abono e Seguro Desemprego                               | 43.086,0         | 41.197,5           | -1.888,5         | -4,4%         |
| Apoio Financeiro a Estados e Municípios                 | 3.254,5          | 229,7              | -3.024,8         | -92,9%        |
| Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV          | 54.810,5         | 58.089,7           | 3.279,3          | 6,0%          |
| Créditos Extraordinários                                | 1.475,7          | 3.704,7            | 2.229,0          | 151,0%        |
| Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha         | 0,0              | 0,0                | 0,0              | -             |
| Fundeb - Complementação da União                        | 28.023,7         | 30.003,7           | 1.980,0          | 7,1%          |
| Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)      | 7.538,1          | 8.090,8            | 552,7            | 7,3%          |
| Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020   | 1.755,4          | 1.682,8            | -72,6            | -4,1%         |
| Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)   | 1.800,3          | 37.225,9           | 35.425,7         | -             |
| Subsídios, Subvenções e Proagro                         | 12.167,0         | 9.286,4            | -2.880,6         | -23,7%        |
| Impacto Primário do FIES                                | 867,0            | 1.015,7            | 148,7            | 17,2%         |
| Demais                                                  | 3.770,9          | 3.921,0            | 150,1            | 4,0%          |
| Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin. | 218.804,9        | 249.961,0          | 31.156,1         | 14,2%         |
| Obrigatórias com Controle de Fluxo                      | 159.360,8        | 155.551,4          | -3.809,4         | -2,4%         |
| Discricionárias                                         | 59.444,1         | 94.409,5           | 34.965,4         | 58,8%         |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro a maio de 2026 - R\$ milhões correntes

| Discriminação                | Janeiro-Maio     |              |                  |             | Fluxos Mensais |                 |                |
|------------------------------|------------------|--------------|------------------|-------------|----------------|-----------------|----------------|
|                              | 2025             | % do PIB     | 2026             | % do PIB    | Mar.-26        | Abr.-26         | mai/26         |
| <b>Nominal</b>               | <b>286 530</b>   | <b>5,54</b>  | <b>483 884</b>   | <b>8,74</b> | <b>199 539</b> | <b>60 139</b>   | <b>163 679</b> |
| Governo Central              | 283 006          | 5,47         | 464 392          | 8,38        | 186 993        | 50 092          | 153 063        |
| Governos estaduais           | 751              | 0,01         | 13 408           | 0,24        | 10 435         | 8 232           | 9 319          |
| Governos municipais          | - 2 519          | -0,05        | - 4 435          | -0,08       | 858            | - 594           | 999            |
| Empresas estatais            | 5 292            | 0,10         | 10 519           | 0,19        | 1 252          | 2 410           | 298            |
| <b>Juros nominais</b>        | <b>355 651</b>   | <b>6,87</b>  | <b>459 001</b>   | <b>8,29</b> | <b>118 862</b> | <b>84 763</b>   | <b>107 547</b> |
| Governo Central              | 314 210          | 6,07         | 418 253          | 7,55        | 112 180        | 76 167          | 97 895         |
| Governos estaduais           | 35 912           | 0,69         | 33 462           | 0,60        | 5 011          | 7 141           | 8 363          |
| Governos municipais          | 3 854            | 0,07         | 4 181            | 0,08        | 887            | 826             | 719            |
| Empresas estatais            | 1 675            | 0,03         | 3 106            | 0,06        | 784            | 629             | 571            |
| <b>Primário</b>              | <b>- 69 121</b>  | <b>-1,34</b> | <b>24 883</b>    | <b>0,45</b> | <b>80 676</b>  | <b>- 24 624</b> | <b>56 131</b>  |
| Governo Central              | - 31 204         | -0,60        | 46 139           | 0,83        | 74 813         | - 26 075        | 55 169         |
| Governos estaduais           | - 35 161         | -0,68        | - 20 054         | -0,36       | 5 424          | 1 091           | 956            |
| Governos municipais          | - 6 372          | -0,12        | - 8 615          | -0,16       | - 29           | - 1 420         | 280            |
| Empresas estatais            | 3 617            | 0,07         | 7 413            | 0,13        | 469            | 1 781           | - 273          |
| <b>PIB acumulado no ano*</b> | <b>5 174 359</b> | <b>-</b>     | <b>5 538 877</b> | <b>-</b>    |                |                 |                |

Fonte: BACEN

\* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biagio de Oliveira Mendes Junior, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alexsandro Apolinário Xavier.

**Aviso Legal:** O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.